

LEVANTAMENTO DE TESES E DISSERTAÇÕES PUBLICADAS NO INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA (IBICT)

Eleni Carvalho dos Santos

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB
elenzinhasan@yahoo.com.br

Isabel Cristina de Jesus Brandão

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB
icjbrandao2014@gmail.com

Resumo: O presente artigo tem como objetivo apresentar o levantamento dos trabalhos acadêmicos publicados no banco de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) feito no período de 2010 a 2016. O trabalho insere-se na pesquisa de Mestrado em andamento com o tema “Política de Atendimento às Crianças Órfãs em Vitória da Conquista-Bahia: Um Estudo do Lar Santa Catarina de Sena (1962-2002)”. Nesse sentido, buscou-se compreender como estão sistematizadas as discussões acerca da “Concepção de Infância e das políticas públicas de atendimento às Crianças Órfãs no Brasil”. A abordagem utilizada na pesquisa foi a qualitativa, sendo a análise documental o foco principal da pesquisa. Por meio da realização do levantamento, conclui-se que a maioria dos trabalhos encontrados estão discutindo a Concepção de Infância nas diversas áreas do conhecimento, sobretudo, educação, psicologia e saúde mental. No entanto, percebe-se nesse sentido, uma discussão muito tímida acerca da situação da criança órfã no Brasil, fazendo-se necessária a produção e publicação de trabalhos que contemplem um número maior de pesquisas sobre a infância órfã e as políticas de atendimento a esse público.

Palavras-chave: Criança Órfã. Infância. Políticas Públicas.

Introdução

O presente artigo tem como objetivo apresentar um levantamento dos trabalhos acadêmicos publicados no banco de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) onde o levantamento foi realizado levando-se em consideração o título da obra, nome do Autor, instituição e palavras-chave, buscando-se compreender como estão organizadas as discussões a respeito da temática que discute a questão da concepção de infância, sobretudo de infância órfã no Brasil. Para tanto, buscamos investigar as teses e dissertações publicadas entre os períodos de 2010 a 2016, por se tratarem de publicações mais recentes e que

possivelmente possam possibilitar uma análise de dados e informações atuais sobre a temática a ser tratada.

O levantamento dos dados foi realizado entre os dias 01 e 07 de setembro do ano de 2016, sendo selecionados todos os trabalhos encontrados que se referiam à temática em questão, tendo sido utilizados como descritores as palavras “criança, Infância e criança órfã” por se tratar do foco da pesquisa de Mestrado, ressaltamos ainda que a análise dos trabalhos selecionados serão de suma importância para a construção do texto dissertativo em questão, pois proporcionará contribuição bastante relevante no que se refere ao embasamento teórico acerca do objeto que se propõe a ser elaborado.

Neste trabalho, buscamos compreender a finalidade e funcionalidade no atendimento às crianças, sobretudo no intuito de compreender o papel desempenhado principalmente no acolhimento e cuidados dispensados às mesmas, sua manutenção, os destinos dessas crianças, além de poder evidenciar que a história da criança no Brasil sempre esteve relacionada ao contexto histórico e familiar a que vivia. E para que o objetivo desse estudo pudesse ser alcançado com êxito, fez-se extremamente necessário, compreendermos sobretudo, como se deram as implantações das políticas de atendimentos às crianças, através de instituições públicas e privadas. Compreendemos, contudo, que um dos principais pilares para a construção do sentimento de infância das crianças, seria a “educação”, pois, baseando-se nesse estudo realizado, foi possível perceber principalmente, que a história da infância, só seria possível com a emancipação educacional nas mesmas.

Para tanto, o foco desse estudo, seriam as crianças do Município de Vitória da Conquista, Bahia, atendidas no Lar Santa Catarina de Sena, entidade fundada pelas Freiras denominadas de Irmãs dos Pobres, que tinham como objetivo principal, atender às crianças da cidade e regiões circunvizinhas, cujas condições de vida fossem de abandono, orfandade e pobreza extrema, ou seja, que estivessem em situação de total vulnerabilidade. É a esse segmento da sociedade que dispensaremos atenção especial sobretudo, à infância abandonada e órfã. Portanto, julgamos que a relevância desta pesquisa para o campo científico, está em poder contribuir para os estudos e debates sobre a temática que discute a assistência às crianças em situação de vulnerabilidade, além de oportunizar compreender como se deram as discussões acerca das políticas públicas voltadas

para atendê-las, e como essas políticas têm colaborado para a assistência a essas crianças no que se refere principalmente ao atendimento educacional às mesmas.

Foi justamente, pesquisando no papel político prestado pela Igreja Católica da cidade de Vitória da Conquista, principalmente, na iniciativa de fundar na cidade um hospital para atender a classe pobre, que surgiu tal interesse pela temática. Nessa pesquisa, foi possível verificar que a Igreja da cidade, tinha como função primordial, continuar prestando diversos serviços à cidade, e entre esses serviços, estavam como prioridade a assistência aos pobres na prestação de atendimento médico e educacional. Percebe-se, portanto, que a Igreja desejava continuar mantendo firme seu poder, ou seja, o monopólio sobre a população. Era uma preocupação da Igreja Católica, o fato de estar perdendo espaço para outras religiões na cidade, sobretudo, o Protestantismo e a Maçonaria.

É importante observar que, embora a Igreja católica não tenha conseguido fundar inicialmente uma escola eclesiástica na cidade, ela foi fundamental na fundação da Santa Casa de Misericórdia, que deu o pontapé inicial à obra de assistência às crianças da cidade, tendo como prioridade, a formação cristã e uma educação elementar a essas crianças. Outro fator, que pode ser considerado e que possa justificar a prestação de tal serviço pelas ordens religiosas na cidade, seria o fato de a Igreja ter perdido seu poder sobre a prestação do serviço educacional com o advento da República e separação entre Igreja e Estado. Cabe mencionar que ao Estado, ficou a responsabilidade por tal serviço, ou seja, a educação, porém, na cidade de Vitória da Conquista, esse era quase inexistente no período destinado a essa pesquisa, porém, mais que necessário.

As aproximações com a história de assistência à Criança, vivenciada na graduação, bem como, os estudos realizados a partir das disciplinas cursadas no programa de mestrado, nos levam a entender, que as políticas públicas de atendimento às crianças e as políticas educacionais, refletem um campo de tensão vivenciado nas políticas públicas de atendimento às crianças em todo o país. Em virtude desse contato com a história da assistência às crianças, da necessidade de compreender o processo educacional, sobretudo, da cidade de Vitória da Conquista, a partir dos estudos de pesquisa da graduação, é que vai emergir o gosto pela pesquisa investigativa, no intuito de analisar as ações implementadas pelo poder público, privado e sobretudo, filantrópico, na

efetivação de políticas públicas que fossem capazes de articular as condições de atendimento às crianças, de forma que sua infância e educação, pudessem ser garantidas.

Desse modo, para que pudéssemos chegar a um resultado desejado nesta pesquisa, elegemos como questão de pesquisa, compreendemos “qual a importância que o Lar Sana Catarina de Sena teve no atendimento às Crianças órfãs em Vitória da Conquista no século XX? Com isso, após a definição do problema, buscamos através desta questão inquietante, analisar o atendimento destinado pelo Lar Santa Catarina de Sena às crianças órfãs em Vitória da Conquista no período de (1962-2002). E para que pudéssemos chegar às possíveis respostas desejadas, buscamos através dos objetivos específicos desta pesquisa: analisar a concepção de infância no Lar Santa Catarina de Sena; compreender quais os motivos que levaram as crianças a se tornarem internas; compreender o papel desempenhado pelo Lar Santa Catarina de Sena na educação das crianças; analisar de que forma essa educação era oferecida às crianças pela instituição; analisar de que forma a instituição dispunha de recursos para atender a essas crianças tanto no internato como no oferecimento educacional à mesmas.

No entanto, para que pudéssemos ter uma compreensão mais ampla de como a questão da Infância vem sendo tratada pela academia na contemporaneidade, julgamos necessário e relevante para a pesquisa em questão, realizar um levantamento das produções acadêmicas acerca da temática, no intuito de averiguar a atenção dispensada ao tema. Nesse sentido, fizemos um levantamento no banco de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), buscando compreender como estão organizadas as discussões a respeito da temática que discute a questão da concepção de infância, sobretudo, de infância órfã no Brasil. Para tanto, investigamos as teses e dissertações publicadas entre os períodos de 2010 e 2016, por se tratarem de publicações mais recentes, possibilitando assim, uma análise de dados e informações atuais sobre a temática a ser tratada.

Revisão de literatura sobre políticas de atendimento às crianças órfãs: primeiras aproximações

Esse levantamento dos dados foi realizado entre os dias 1 e 7 de setembro de 2016, sendo selecionados todos os trabalhos encontrados que se referiam à temática em questão, tendo sido encontrado um total de 224 trabalhos no total entre teses e dissertações, para tanto, foram

utilizados como descritores as palavras: “Criança”, “Infância” e “Criança órfã”. Ressaltamos ainda que a análise dos trabalhos selecionados foide suma importância para a construção do texto dissertativo, pois proporcionou contribuição bastante relevante no que se refere ao entendimento acerca do objeto que se propõe a ser elaborado. E para uma melhor compreensão acerca dos dados levantados, julgamos necessária uma breve apresentação do levantamento em quantitativo de teses e dissertações realizado no banco do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).

No entanto, ressaltamos que foram selecionados trabalhos pesquisados entre os períodos de 2010 e 2016, no intuito de enriquecer os conhecimentos acerca da construção do sentimento de infância, sobretudo da infância órfã e das políticas voltadas para o atendimento a esse público específico. Foram utilizados como descritores “Criança”, “Infância” e “Criança Órfã”, porém no percurso do levantamento, foi possível perceber que quase não havia publicações acerca da temática “Criança órfã”. Nos períodos supracitados, apenas duas foram encontradas, decidimos então, ampliar as buscas sem filtragem por ano, sendo possível encontrar trabalhos publicados entre os anos de 2004 e 2016, com outros descritores como: “política de assistência ao menor”; “política de assistência à criança”; “criança carente” e “criança de rua”, ampliando assim o leque de trabalhos tratando sobre essa temática. Nesse sentido, a pesquisa feita e definida como “estado da arte”, conforme descreve Rocha, Filho e Strenzel (2001), tem o banco de dados como função estrutural e definida para oferecer informações bibliográficas para consulta e informações qualitativas, visando subsidiar o desenvolvimento de pesquisas sobre a produção nesse campo educacional.

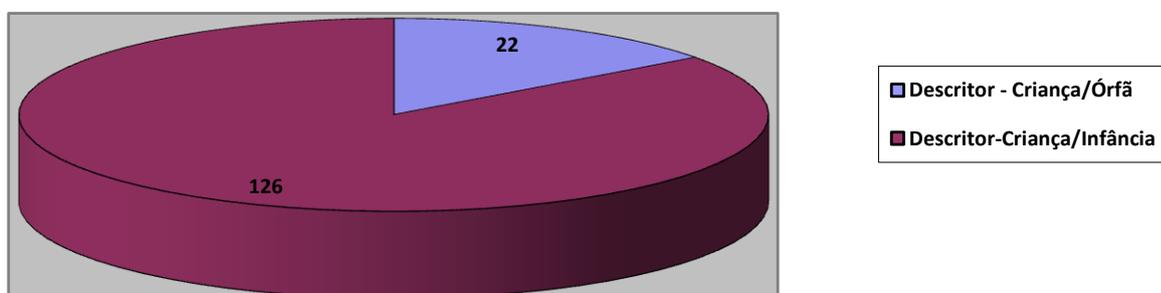
Dessa forma, o levantamento realizado no banco de dados do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) possibilitou um apanhado de informações referentes às teses e dissertações encontradas que facilitarão consultas futuras, como: autor do trabalho, título, tipo de documento (dissertação ou tese), ano da defesa, resumo, assuntos, nome da instituição de origem, metodologia e área de conhecimento. Este conjunto de informações permitiu assim uma análise geral da trajetória da produção do conhecimento em educação infantil no Brasil, sobretudo com relação à concepção de infância; à assistência à criança órfã e às políticas públicas voltadas para esse público.

A seleção dos trabalhos, se deu, levando-se, em consideração primeiramente, os descritores “Criança” e Infância. Foram encontrados um total de 224 trabalhos entre os anos de 2010 e 2016, sendo 156 dissertações e 68 teses. Desse total foram considerados para uma filtragem maior 126 trabalhos constituídos de 88 dissertações e 38 teses. No descritor “Criança órfã”, a dificuldade de encontrar publicações foi maior, aplicando-se outros descritores como “política de assistência ao menor”; “política de assistência à criança”; “criança carente” e “criança de rua”, No total, foram encontrados 22 trabalhos entre os anos de 2004 e 2016, sendo 21 dissertações e 1 tese. Desse total de trabalhos selecionados, pudemos fazer a leitura dos resumos e das introduções dos que julgamos pertinentes a essa pesquisa, e desses trabalhos, cujos resumos e introduções foram lidas, fizemos a análise dos textos como um todo de 8 dissertações e 5 teses, que foram muito relevantes, sobretudo, para a compreensão desse objeto de estudo.

No gráfico 1 abaixo, pode-se verificar o comparativo de trabalhos publicados no banco de dados do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) por descritor, levando em consideração que a pesquisa com os descritores “criança e “Infância” tornaram-se um só, pois os trabalhos encontrados com os dois descritores eram os mesmos, o levantamento com esse descritor foi realizado apenas entre as publicações dos anos de 2010 e 2015, e a pesquisa com o descritor “criança/órfã”, entre os anos de 2004 e 2016, devido à pouca produtividade relacionada à temática. No entanto, ao analisarmos os detalhes do gráfico, é possível perceber que o número de trabalhos voltados para a questão da criança órfã tem tido pouca relevância.

Gráfico 1 – Comparativo em quantidade de produção por descritor

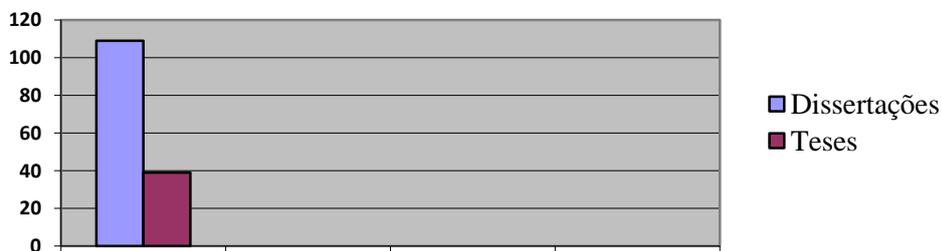
Fonte:
Gráfico
produzido
pela



autora.

No gráfico 2, observa-se o comparativo entre o número de teses e dissertações publicadas no banco do IBICT, sendo um total de 109 dissertações e 39 teses, fazendo-se a seguinte observação com relação aos descritores “criança/infância”, em que o levantamento foi realizado apenas entre as publicações dos anos de 2010 e 2016, e a pesquisa com o descritor “criança/órfã”, entre as publicações dos anos de 2004 e 2016.

Gráfico 02 – Comparativo em número de teses e dissertações publicadas



Fonte: Gráfico produzido pela autora.

No entanto, percebe-se que a revisão de literatura é de suma importância para a construção do conhecimento, pois possibilita ao pesquisador um amadurecimento acerca da temática do seu objeto de estudo, proporcionando-lhe várias vertentes do tema em questão e abrindo novos horizontes para a sua pesquisa. Nesse sentido, de acordo com Will (2012), fazer a revisão da literatura em torno de uma questão significa revisar todos os trabalhos disponíveis, objetivando selecionar tudo o que possa servir em sua pesquisa. Tentar encontrar essencialmente os saberes e as pesquisas relacionadas com sua questão, para alimentar seus conhecimentos, afinar suas perspectivas teóricas, precisar e objetivar seu aparelho conceitual.

Nessa perspectiva, julga-se importante destacar que após o levantamento de teses e dissertações realizado no banco de dados do IBICT, foi possível perceber que há uma quantidade considerável de trabalhos publicados que estão discutindo a questão da infância em diversos sentidos, seja na escola, na família, na convivência em grupos sociais, nas ruas de bairros, nas

brincadeiras, na saúde, na educação, no esporte, entre outros. No entanto, percebe-se que há uma grande deficiência de trabalhos voltados para a questão da infância órfã no Brasil, é perceptível que muito pouca importância tem-se dado a esse assunto nos últimos anos pelas academias devido ao mínimo de trabalhos encontrados, sendo assim, vale destacar a necessidade que se faz em pesquisar, produzir e publicar trabalhos sobre a infância órfã no Brasil, sobretudo em Vitória da Conquista.

Partindo desse pressuposto, entendemos de acordo com Will (2012), que a revisão de literatura é imprescindível para o pesquisador, pois lhe possibilita se conectar melhor com a temática do seu objeto de pesquisa, para que possa abordar em sua pesquisa uma discussão que ainda não tenha se esgotado, levando para o banco de dados informações outras que ainda não foram exploradas.

Para tanto, organizamos o presente texto da seguinte forma, primeiro apresentamos a introdução do trabalho com a justificativa da escolha do tema, a problemática da pesquisa, os objetivos e o levantamento realizado das teses e dissertações do banco de dados do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) no período de 2004 a 2016, que tratam da temática em foco, para que assim tenhamos uma melhor compreensão de como a questão da infância está sendo tratada nos centros acadêmicos.

Buscamos, portanto, com essa pesquisa, trazer para a atualidade, uma maior atenção e ampliação das discussões acerca das políticas de atendimento às crianças no município de Vitória da Conquista, pois, julgamos necessário, uma atenção mais relevante com relação à questão, visto que, embora as políticas educacionais e de assistência tenham avançado de forma significativa, verifica-se, que há, ainda, uma deficiência por parte dos poderes públicos, na atenção dispensada às crianças e adolescentes em geral, é preciso, portanto, um investimento maior, buscando ampliar a implantação de políticas, principalmente de inclusão dessas crianças, elaborando e pondo em prática, projetos que possam não só valorizá-los, mas sobretudo, proporcioná-los uma infância que lhes sirva de base para uma vida adulta menos vulnerável e suscetível ao que se vê com tanta frequência e naturalidade, ou seja, a morte precoce de tantos jovens, vítimas principalmente do tráfico de entorpecentes, gravidez precoce das meninas, além de tantos outros problemas

envolvendo crianças e adolescentes, problemas esses, que podem ser sanados ou pelo menos amenizados com maiores investimentos públicos dispensados a tal segmento da sociedade.

Dessa forma, pretendemos com esta pesquisa, compreender a realidade vivida por tantas crianças brasileiras em que, de acordo com Arantes (2011), tanto as crianças “tabulas rasas” dos primeiros jesuítas quanto os “expostos e desvalidos” da antiga caridade, bem como os “abandonados e irregulares” da República, aparecerão como rostos datados em descontinuidade uns em relação aos outros, perpassados todos, no entanto, pela herança de exclusão que marca a história do Brasil desde o descobrimento.

As políticas públicas de assistência à criança: Uma luta

E nesse cenário de discussão acerca da assistência às crianças é fundamental elencar a importância que as políticas tiveram e continuam tendo para as crianças, sobretudo, porque a questão da pobreza foi e continua sendo um desafio a ser vencido pelos governantes, principalmente do Brasil. É importante destacarmos que esse problema de assistência às crianças brasileiras existe desde o Brasil Colônia, contudo, é com a proclamação da República que o índice de crianças deixadas à própria sorte ganha uma proporção cada vez mais alarmante, com muitas crianças experimentando “crueldades inimagináveis, geradas no próprio núcleo familiar, nas escolas, nas fábricas e escritórios, nos contornos entre gangues, nos internatos ou nas ruas entre traficantes e policiais” (PASSETTI, 2008, p. 347).

Os principais fatores que contribuíram para o crescente aumento do abandono infantil foram, especialmente, as grandes migrações rurais-urbanas de uma região para outra do país, em sua maioria do interior para as grandes metrópoles, e os imigrantes italianos e espanhóis que chegaram ao Brasil para trabalhar nas lavouras de café. Ambas as migrações/imigrações se deram pela busca de trabalho e melhores condições de vida, no entanto, acontece o inverso, pois a maioria das famílias vão habitar em locais onde as condições de vida são sub-humanas e insalubres.

De acordo com Passetti (2008), a difusão da ideia de que a falta de famílias estruturadas gestou os criminosos comuns e os ativistas políticos também considerados criminosos fez com que o Estado passasse a chamar para si as tarefas de educação, saúde e punição para crianças e

adolescentes. Dessa forma, a integração dos indivíduos na sociedade, desde a infância, passou a ser tarefa do Estado por meio de políticas sociais especiais destinadas às crianças e adolescentes provenientes de famílias desestruturadas, com o intuito de reduzir a delinquência e a criminalidade. Contudo, a história da criança nem sempre fora assim, pois, desde o Brasil Colônia, “expostos, enjeitados, deserdados da sorte ou da fortuna, infância desditosa ou infeliz foram denominações de uso corrente, referindo-se aos recém nascidos abandonados, para eles destinou-se a Roda” (ARANTES, 2011, p. 176).

No entanto, de acordo com Passeti (2008), a sobrevivência continuou a ser tarefa difícil para a maioria da população, tanto no Império como na República, pois houve mudanças sucessivas nos métodos de internação para crianças e jovens, com o deslocamento dos orfanatos e internatos privados para a tutela do Estado e depois retornando a particulares, deixando praticamente inalteradas as condições de reprodução do abandono e da infração. Foi o tempo das filantropias e políticas sociais que valorizou, preferencialmente, a internação sem encontrar as soluções efetivas.

Contudo, essa nova forma de assistência às crianças vai levantar discussões por parte de pessoas preocupadas principalmente com a segurança e integridade da criança. Dessa forma, “com os esforços de alguns médicos, entre eles MoncorvoPae, as tentativas de se construir um programa de assistência à infância desvalida subvencionada pelo Estado, apenas na década de 1920 encontraria condições de florescer” (RIZZINI, 2011, p.190). No entanto, “a investida neste setor, até então prioritariamente caritativo, com interesse principalmente, de médicos, juristas, políticos, educadores e assistentes sociais, visava fundamentalmente uma maior racionalidade da assistência através da intervenção do Estado” (RIZZINI, 2011, p.190).

É importante observar que a partir dos anos 1920, conforme Passeti (2008), a caridade misericordiosa e privada, praticada prioritariamente por instituições religiosas, cede lugar às ações governamentais, como as políticas sociais, e sua expansão se dá exclusivamente, entre as ditaduras do Estado Novo (1937-1945) e a Militar (1964-1984), justamente quando aparecem os dois primeiros Códigos de Menores: o de 1927 e o de 1979. A assistência à criança passou enfim, a ser vista a partir das primeiras décadas do século XX como “uma ideia de assistência extra-asilar que,

no entanto, não se imporá como modelo, continuando o asilamento da criança até o final da década de 1980”. (RIZZINI, 2011, p.191).

No entanto, conforme Passeti (2008), bem depois, com a restauração das eleições presidenciais e retomada do regime político democrático, irá despontar o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), em 13 de julho de 1990, pela Lei n. 8.069, surgindo a partir daí, uma nova dimensão da assistência, que se concretizará combinando ações privadas e governamentais, elaborado, entre outros, por médicos, juízes, promotores, advogados, psicólogos, padres, pastores, assistentes sociais, sociólogos e economistas.

Contudo, é preciso ressaltar que a história de assistência às crianças, no século XIX, passava, sobretudo, pelas Santas Casas de Misericórdia, quando os pais deixavam seus filhos nas Rodas dos Expostos ou em recolhimento de instituições para meninas pobres devido à dificuldade que muitas famílias encontravam para garantir a sobrevivência de seus filhos. Eles acreditavam que nas ordens religiosas ou nas iniciativas filantrópicas de particulares, seus filhos estariam salvos da situação de pobreza que tinham de enfrentar.

No entanto, de acordo com Perez e Passone (2010), em meados do século XIX, o período conhecido pelas Rodas dos Expostos passaria a ser alvo de críticas da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, criando condições para o advento da pediatria no país, bem como ações de entes privados, com caráter filantrópico, marcadamente influenciados pelo movimento positivista e higienista que se delineava no cenário internacional. Essas mudanças ocorriam influenciadas pela passagem do Império à República e da sociedade escravocrata à organização da sociedade livre e de trabalhadores, período vinculado ao despertar do sentimento de nacionalidade e ao início da industrialização do país. É a partir de então, ou seja, “em meados do século XIX com a extinção das Rodas e o início de uma legislação específica sobre as crianças nas primeiras décadas do século XX, que a criança pobre deixa de ser objeto apenas de caridade e passa a ser objeto de políticas públicas. Todo um novo ciclo de inicia” (ARANTES, 2011, p.180)

Cabe ressaltar que em nos anos de 1920, foi realizado o 1º Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, “impulsionando a criação de uma agenda sistematizada sobre a proteção social, e passou a ser debatida pela sociedade a regulamentação da assistência e proteção aos menores abandonados e delinquentes, culminando com a promulgação do Código de Menores em

1927” (PEREZ e PASSONE, 2010, p. 655). Não obstante, é importante observar que a implantação desse Código teve como objetivo principal, incorporar tanto uma visão higienista e de proteção do meio e do indivíduo como também uma visão jurídica repressiva e moralista.

No entanto, de acordo com Passetti (2008), desde o Código de Menores de 1927 até a Política Nacional do Bem-Estar do Menor, que ficou consagrada no Código de Menores de 1979 (Lei Federal n. 6.697, de 10 de outubro de 1979), foram mais de sessenta anos usando a prática de internação para crianças e jovens, independentemente de tratar-se de regime político democrático ou autoritário. Dessa forma, afirma Rizzini (2011, p.130), que os anos de 1923 a 1927, foi o “período mais profícuo em termo de leis, procurando-se cobrir com todo o detalhamento possível, a organização da assistência e proteção à infância abandonada e delinquente”. Na verdade, o que se pode perceber é que a história da infância, ou seja, a vida das crianças, é tema que sempre requererá debates constantes, pois percebemos que às crianças fora negada a sua segurança e integridade, principalmente por ter sido por um longo período histórico, considerada como ser muito frágil e de vida curta. Mas os questionamentos que se colocam são vários, porém, os principais podem ser definidos na seguinte ordem, conforme Rizzini (2011, p.98), “Quem deve cuidar da criança? Quem detém o poder sobre a mesma? Quem é o responsável, o tutor ou o guardião? Quais os papéis da família, da Igreja e do Estado nesta história?”.

Eis aí um questionamento que requer um conhecimento muito amplo sobre a construção do sentimento de infância, pois sabemos que caberia primeiramente à família tal cuidado, contudo, o que a realidade nos mostra é que muitas crianças são vitimadas principalmente, por conta a situação familiar a que se encontra, pois são várias as histórias de vida das crianças, portanto, a muitas delas, restam apenas a alternativa de ficarem “sujeitas ao aparato jurídico-assistencial, destinado a educá-las ou corrigi-las, visto como menores abandonados ou delinquentes” (RIZZINI, 2011, p.98). No entanto, muitos desses estabelecimentos de acolhimento às crianças “órfãs, necessitadas, desvalidas ou viciosas, dispunha-se a oferecer, apenas algum tipo de ensino manual, prático ou profissionalizante, pois, caso uma criança fosse encontrada vagando em estado de necessidade, era recolhida e a ela ministrada algum tipo de instrução” (ARANTES, 2011, p.182). No entanto, esse tipo de instrução era marcado por preconceitos, pois, “visava apenas a manutenção do ordenamento social, e esse preconceito se evidencia, devido sobretudo, à

separação das crianças por categorias como, órfãs brancas e órfãs de cor, filho legítimo e ilegítimo, pobre válido e inválido, criança inocente ou viciosa” (ARANTES, 2011, p. 182).

Percebe-se contudo, que a história de acolhimento às crianças em situação de vulnerabilidade, esteve por muito tempo, mais relacionada à necessidade de mantê-las afastadas da população considerada de “bem” ou seja, os “civilizados” e na tentativa de evitar que essas viessem a causar problemas de cunho social. Entendemos contudo, que essa prática de acolhimento vai sendo modificada a passos lentos até que a aprovação do ECA, que delimita esse tipo de acolhimento, porém, não o exclui totalmente, visto que é perceptível que muitas crianças ainda são vítimas tanto de preconceitos diversos, quanto exploradas pelo trabalho, embora esse trabalho seja muitas vezes camuflado, e outras escancarado, porém, fazem-se vistas grossas a tal situação.

Percebe-se ainda, que ao poder jurídico caberá a obrigação de averiguar os casos, e destinar as crianças consideradas como abandonadas ou delinquentes, a uma instituição que a elas “**acolherão e delas cuidarão**” (grifo meu). O notório é que, segundo Perez e Passone (2010), no século XX, os três momentos mais significativos de transformação institucional e de produção legal estiveram associados às três profundas alterações estruturais que envolveram o Estado brasileiro, a saber: o Estado Novo, caracterizado pelo autoritarismo populista de Getúlio Vargas (1930 a 1945); a Ditadura Militar e o retrocesso dos precários direitos políticos e civis (1964 a 1985) e o período de redemocratização, a partir de 1985, culminando na Constituição de 1988 e no reconhecimento dos direitos constitutivos de cidadania para todos os brasileiros. De acordo com Passetti (2008), uma nova reforma na assistência é realizada exigindo uma acomodação entre os princípios da filantropia privada pré-anos 1920, mencionadas anteriormente, e a crescente intervenção do Estado até o final da década de 1980. No entanto:

Esse recorte histórico vem demonstrando o longo processo de instituição da infância como objeto de dispositivos jurídicos, legislativos e assistenciais, do início da república e que se estenderá até o final do século XX, quando a criança passou à condição de sujeito de direitos, tendo sido redimensionadas assim as concepções no âmbito teórico, jurídico e técnico do atendimento à infância no país. (PEREZ e PASSONE, 2010, p. 663)

No final dos anos 1970 e início dos 1980, passam a ser perceptíveis as inquietações em relação à eficácia deste tipo de medida. A palavra de ordem na época era a busca de alternativas,

subentendendo-se que se tratava de alternativas à internação. Foi uma década de calorosos debates e articulações em todo o país, cujos frutos se materializariam em importantes avanços, como a discussão do tema na Constituinte e a inclusão do artigo 227, sobre os direitos da criança, na Constituição Federal de 1988, que reza o seguinte texto: é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (EC n. 65/2010).

No entanto, o que de fato revolucionaria os direitos da criança e do adolescente, sendo alvo de grande destaque e de larga discussão, que posteriormente resultaria na redação e aprovação da lei em substituição ao Código de Menores de 1979, seria o Estatuto da Criança e do Adolescente, aprovado em 1990, que viria para ficar e fazer valer os direitos reservados às crianças e adolescentes do país. O processo de redemocratização do país dos anos 1980 possibilitou que setores organizados da sociedade e os próprios internos questionassem esta modalidade de assistência, a qual permanecera no silêncio durante os 20 anos de Ditadura Militar.

Paralelamente, constitui-se no país uma noção particular de infância e adolescência que de acordo com Perez e Passone (2010) protela políticas sociais de atendimento à criança e ao adolescente como direitos de cidadania até a década de 1980. A proclamação da Constituição Cidadã (BRASIL, 1988) e a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 1990), um conjunto de direitos civis, sociais, econômicos e culturais de promoção e proteção, alteraram esse paradigma. Atualmente, o ECA demanda do Estado brasileiro e da sociedade política e civil esforços e continuidade nas ações, visando, por um lado, à formulação, implementação, monitoramento e controle social de políticas constitucionais e estatutárias e por outro, ações mobilizadoras e societárias capazes de ressignificar a concepção arcaica de infância e juventude presente no imaginário social da população. Essa concepção, conforme o previsto no Estatuto, entende que a criança e o adolescente devam estar assegurados por políticas públicas de proteção, promoção e direitos, bem como as suas respectivas famílias.

A família passa a exercer papel fundamental na criação e cuidados das crianças, os internamentos são solicitados apenas em casos excepcionais, a assistência às crianças é vista com

outros olhos, busca-se o entendimento por parte das famílias de que o lugar da criança é em casa junto de seus familiares, cabendo ao Estado uma política de assistência que abarque toda a família através dos programas sociais de governo, como Bolsa Família, entre outros, para que assim a criança possa de forma direta ser assistida pelo Estado.

Em pesquisa, Rosemberg (1993, p. 73) apresenta números de crianças vivendo em situação de extrema pobreza no Brasil, Os dados levantados chamam a atenção para o fato de “no período compreendido entre 1982 e 1993, as estimativas variavam de 49,6 milhões a 1 milhão”. Estimativas consideradas altíssimas, visto que o papel das Funabenserao de acolher justamente as crianças que se encontravam nessa situação, o que demonstra que essas instituições só conseguiam abarcar um número muito abaixo se levarmos em consideração as necessidades do país de acordo com os dados elencados acima.

No entanto, vale salientar que a história de vida dessas crianças é a mais vulnerável possível, elas sofrem de todos os tipos de violência, além de lutarem todos os dias pela sobrevivência perigosa que as ruas lhes oferecem. Conforme Rosemberg (1993), os relatos de muitas personalidades, com relação ao que acontece aos menores abandonados no Brasil, mais de trinta milhões entre meninos e meninas, se tornam naturalmente delinquentes e passam a praticar roubos, assaltos, atacam idosos etc., além do fato de as meninas se tornam prostitutas com pouca idade.

Peroni (2003, p. 16), ao citar (VIEIRA, 1998), destaca ainda, com relação à política social sem diretos sociais, que os recursos da União destinados às áreas sociais, como as despesas com funções relacionadas às políticas sociais, como Assistência e Previdência, Saúde e Saneamento, Trabalho, Educação e Cultura, diminuíram seu percentual de participação no PIB, nos últimos anos, enquanto despesas com Administração e Planejamento tiveram sua participação elevada “vertiginosamente”. Esse é o denominado “Estado máximo para o capital e mínimo para as políticas sociais” (BRUNHOFF, 1991, apud PERONI, 2003, p. 64).

E com o Plano de Reforma do Estado, a política de assistência social fica ainda pior, pois, segundo Peroni (2003), nesse plano, o cidadão é adjetivo, é o cidadão cliente, o que, de acordo com as leis de mercado, não inclui todos os cidadãos, pois os clientes dos serviços do Estado serão apenas os contemplados pelo núcleo estratégico e por atividades exclusivas.

Considerações

No período em que foi realizado o levantamento, foi possível perceber que há uma quantidade muito tímida de trabalhos voltados para a questão da infância órfã no Brasil, os dados demonstram que há uma necessidade de pesquisas acerca de tal temática, pois para que se faça uma discussão mais afundo sobre a infância órfã, faz-se necessário uma análise e compreensão maior acerca de tal temática. No entanto, foi possível perceber uma quantidade bem considerável de pesquisas relacionadas a concepção de infância, voltadas para discussões referentes às brincadeiras, escola, família, saúde, violência, entre outras temáticas.

Foi possível perceber, contudo, que há uma quantidade de trabalhos demonstrando uma preocupação dos pesquisadores em discutir a questão da infância no Brasil de modo geral, porém as pesquisas demonstram que ainda há muito o que avançar no que se refere a questão da criança em situação de risco, pois o número de trabalhos ainda é pouco considerável se levarmos em consideração o quantitativo de trabalhos voltados para a questão da infância em outras dimensões. Nesse sentido, é perceptível uma preocupação bem maior nos últimos anos com a criança, o quantitativo de trabalhos demonstram tal preocupação, tornando-se, pertinente dessa forma, uma construção e valorização da identidade da criança como cidadão de direitos e de vozes, capazes de expressarem o que pensam, o que sentem e sobretudo, o que desejam.

Foi pensando na criança órfã e nas políticas de atendimento a essas crianças, que surgiu o interesse pela pesquisa em questão, sobretudo no intuito de compreender como as políticas voltadas para o atendimento a essas crianças foram implementadas na cidade de Vitória da Conquista e como elas foram se delineando ao longo dos anos. Portanto, julgamos necessário partimos do ponto inicial do projeto de atendimento a essa parcela da população, analisando a história da assistência às crianças em situação vulnerável da cidade. Para tanto, cabe mencionar que esta função ficou por muitos anos a cargo das irmãs dos pobres do Lar Santa Catarina de Sena chegadas na cidade na década de 1940 para trabalharem na Santa Casa de Misericórdia da cidade, que tinha como objetivo, o atendimento à população pobre na assistência médico hospitalar.

Referências:

ARANTES, Ester Maria de M. Rostos de Crianças no Brasil. In: RIZZINI, Irene. PILOTI, Francisco. (Org.) **A Arte de Governar Crianças: A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. Cortez, São Paulo, 2011.

BIBLIOTECA Digital Brasileira de Teses e Dissertações – **Conhecimento de Reconhecimento, Pesquisa Científica do Brasil**. Disponível em: <<http://bdtd.ibict.br/vufind/>>. Consultado em: 1-7/7/2016.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). **Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

PASSETTI, Edson. Crianças Carentes e Políticas Públicas. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das Crianças no Brasil** 6. ed. 1ª reimpr. São Paulo: Contexto, 2008.

PEREZ, José R.; PASSONE, Eric F. Políticas Sociais de Atendimento às Crianças e aos Adolescentes no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n. 140, p. 649-673, maio/ago. 2010.

PERONI, Vera. Política Educacional e Papel do Estado no Brasil nos anos 1990. In: PERONI, Vera. **Breves Considerações sobre a Redefinição do Papel do Estado**. São Paulo: Xamã, 2003.

RIZZINI, Irene. Crianças e Menores – do Pátrio Poder ao Pátrio Dever: Um histórico da legislação para a infância no Brasil. In: RIZZINI, Irene. PILOTI, Francisco. (Org.) **A Arte de Governar Crianças: A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. Cortez, São Paulo, 2011.

ROCHA, Eloisa A. C.; FILHO, João Josué da S.; STRENZEL, Giandréa R. **Educação Infantil (1983-1996)**. Brasília: MEC/Inep/Comped, 2001. ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil: 1930/1973**. 40. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

ROSEMBERG, Fúvia. O Discurso Sobre Crianças de Rua na Década de 80. **Cad. Pesq.** São Paulo, n. 87, p. 71-81, nov. 1993.

WILL, Daniela Erani Monteiro. **Metodologia da pesquisa científica**. 2. ed. rev. e atual. Palhoça: Unisul Virtual, 2012.